

Contribuições do Exército para vencer as ameaças e superar os óbices interpostos pelos desafios ao Processo de Construção Nacional

Contributions of the Army to overcome the threats and obstacles posed by the challenges to the nation-building process

Coronel R1 Antonio Ferreira Sobrinho*

*Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx). Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1971; Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1982; Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1986. Especialista em História Militar - Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar - pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2008. É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Associação Cultural Mandu'Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).



Palavras-chave:

Independência; Exército; Construção Nacional.

Keywords:

Independence; Army; Nation Building.

1. Introdução

A título de introdução, gostaria de agradecer ao General Fernandes, 7º Subchefe do EME, o convite para conversar sobre a história do Brasil no contexto do Bicentenário da sua Independência, não apenas para comemorar uma data e um episódio longínquos da nossa história, mas, principalmente, para refletir, sob vários aspectos, de que modo chegamos até aqui, tendo como pano de fundo o papel do Exército Brasileiro na construção da Nação, ao longo desses 200 anos de Brasil independente.

Para cumprir a honrosa missão que me foi confiada, dividi esta apresentação cronologicamente em dois períodos: Império e República, com o objetivo de identificar, no contexto histórico desses períodos, os desafios enfrentados pela Nação, e como o Exército contribuiu para que fossem vencidas as ameaças e superados os óbices interpostos por esses desafios ao processo de construção nacional.

2. Império (1822 – 1889)

1º) Fazer a Independência de Portugal

A historiografia do processo de Independência do Brasil perante Portugal mostra que ela resultou de várias etapas políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo estamento colonial português, a partir de acontecimentos históricos determinantes, como a vinda da família real para o Brasil (1808) e a transformação da colônia em reino unido à metrópole (1815), culminando com a entrada das ideias do Liberalismo Político em Portugal e a sua consequência direta, a Revolução Liberal do Porto (1820). Esse movimento obrigou o retorno de D. João VI a Portugal e impôs sérias limitações à autonomia política e à autoridade do Príncipe Regente D. Pedro no Brasil.

Com o apoio das elites locais, D. Pedro rompeu os laços com as Cortes de Lisboa, assumiu o seu lugar soberano no Brasil e precisando de soldados para efetivar a emancipação de Portugal e conter os levantes contrários à Independência, nas províncias rebeldes do Norte, Nordeste e Sul do Brasil, mobilizou as forças regionais das províncias, que optaram em apoiá-lo, contratou mercenários estrangeiros, organizou o povo em armas e liderou um Exército Libertador, garantidor da vontade da maioria dos brasileiros.

2º) Consolidação da Independência/Ameaças à unidade nacional

Vencido esse 1º desafio, o governo imperial se preocupou em formar uma força militar nacional, integrada preferencialmente por brasileiros, irmanando o cidadão e o soldado para que ambos, unidos pelos mesmos ideais e pela mesma missão, concorressem juntamente para a manutenção da unidade nacional e a segurança da jovem Nação, diante das ameaças existentes na bacia do Prata, onde grassava a instabilidade política e territorial resultante da colonização espanhola (Guerra da Cisplatina - 1821 a 1828).

Apesar do apoio prestado ao já Imperador D. Pedro I, no sentido de manter a Nação unida e coesa, viu-se logo o Exército envolvido nos acontecimentos da Abdicação (07 de abril de 1831), onde se tornou o fiel da balança política e social do País. Sua contribuição, junto às demais instituições públicas brasileiras, para a solução da crise da renúncia do Imperador, foi a de apoiar a implantação da Regência, inaugurando, a partir daí, participação direta e ativa na trajetória política da própria Nação brasileira.

A fase regencial foi um dos períodos mais difíceis vivido pela jovem nação. Além das ameaças à unidade nacional, os tumultos, motins, rebeliões e paixões políticas desencadeadas ao longo de mais de uma década (1831 a 1845), exigiram a ação firme do governo para debelá-las. Graças ao valor militar e à sabedoria do então Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, cuja estrela começava a refulgir em dimensões nacionais, o País foi pacificado.

3º) Ameaças externas à integridade territorial do Brasil

Vencidas as ameaças internas à paz social, restaram os desafios interpostos pelos conflitos surgidos na bacia do Prata (1851/1852) criados pelos caudilhos Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina: fechamento à livre navegação do rio da Prata e ameaças à vida e às propriedades de brasileiros na fronteira com o Uruguai, obrigaram o Brasil a combatê-los e a vencê-los, sob o comando de Caxias, à frente de 4 Divisões (16 mil homens).

Mantida a integridade do território contra os vizinhos e internamente contra tendências separatistas, o Brasil se lança na busca de implantar as novas ideias dominantes no mundo e os avanços tecnológicos oriundos da revolução industrial.

Problemas de fronteira, o crescente poderio militar do Paraguai, ameaçando a paz na região, o apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda em Assunção e a invasão do Mato Grosso, dão causa à guerra movida pelo Brasil contra o Paraguai.

A notável abnegação dos nossos soldados e o excepcional patriotismo dos Oficiais encheram de glórias os nossos heróis surgidos nos campos de batalha: Argolo, Porto Alegre, Tibúrcio e Andrade Neves, elevando-se os maiores, à condição de Patronos: Caxias, Osório, Sampaio, Mallet, Villagran Cabrita e Severiano da Fonseca, pelos dignos exemplos de bravura que nos legaram.

Pode-se alinhar entre as consequências da Guerra a decisiva contribuição do Exército para a emancipação dos escravos no Brasil. A motivação nascera da presença maciça de negros alforriados combatendo ombro a ombro com a elite do Exército, tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guardas nacionais e os voluntários da pátria.

4º) A Proclamação da República

O Exército saiu fortalecido, enquanto instituição, após a Guerra do Paraguai. A longa duração do conflito, a convivência com militares dos países platinos que exerciam funções políticas - quando não chegavam a ocupar a chefia do Estado - e o estabelecimento de um espírito de corpo entre a oficialidade, transformaram o Exército em mais um ator da cena política brasileira.

Na década de 1880, foram surgindo insatisfações no meio militar, geradas pelo desapareço à classe por parte do governo Imperial, que culminou com o que impropriamente se chamou de Questão Militar. Na verdade, ocorreram uma série de incompreensões entre oficiais do Exército e a elite dirigente, que foram habilmente exploradas pelos interessados em implantar a República.

A criação do Clube Militar, em junho de 1887, tendo como seu presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, a liderança positivista do maior defensor do ideal republicano, Tenente-Coronel Benjamim Constant, junto à mocidade militar na Escola da Praia Vermelha e o desgaste provocado pela questão militar, foram fatores decisivos para que acontecesse a queda do Império e a República fosse implantada.

3. República (1889 – aos dias atuais)

1º) Instabilidade política na Primeira República (1889 – 1930)

Proclamada a República, pelo próprio Exército, com o auxílio da Marinha e os aplausos do povo, cujos ideais o Exército sempre procurara respeitar, o governo provisório trata de reorganizar as forças militares.

Nesse período, o Brasil iniciou sua industrialização, alterando a paisagem urbana e rural, gerando uma série de revoltas decorrentes das mudanças sociais e políticas ocorridas no País.

Amparado pela Constituição republicana de 1891, que manteve a missão do Exército, praticamente inalterada “As forças de terra e mar são instituições nacionais, permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior”, o Exército dá combate aos muitos movimentos de contestação armada surgidos naquele período: Revolução Federalista (1893-1895); Revolta da Armada (1893-1894); Canudos (1896-1897); Contestado (1912-1916); e as lutas internas de 1922 e 1924.

As manifestações contestatórias (Tenentismo) da década de 20 impactaram negativamente o Exército, pelo envolvimento de jovens Oficiais, denotando elevado grau de indisciplina, quebra da hierarquia e falta de liderança dos comandantes dos escalões mais elevados, culminando na ruptura da coesão do estamento militar, naquele período.

Foram realizadas várias tentativas de restauração da coesão militar a partir do advento da Missão Militar Francesa, estimulando-se a modernização do Exército e o interesse pela sua profissionalização.

2º) A era Vargas (1930 – 1945)

As mudanças ocorridas resultaram em novas pressões políticas e sociais, que as oligarquias paulistas e mineiras não puderam mais controlar. A Revolução de 1930 foi o ápice desse processo, o que resultou no período conhecido como “Era Vargas”. Durante seu Governo Provisório (1930-1934), Vargas conseguiu dobrar a oligarquia e a burguesia industrial paulista, vencendo a Revolução Constitucionalista de 1932.

É promulgada uma nova Constituição em 1934. Surge o Partido Comunista Brasileiro e a tentativa de derrubar o governo de Vargas, por meio do que ficou conhecido como Intentona Comunista de 1935. Isso serviu de pretexto para Vargas dar um golpe de Estado em 1937, pondo fim ao período constitucional e inaugurando o Estado Novo e uma nova Constituição.

A reforma do ensino de formação de oficiais, sob a inspiração do Coronel José Pessoa, vai modificar profundamente a educação das novas gerações, mudando os hábitos e construindo o destino de grandeza do Exército, formatando uma mentalidade homogênea de chefes militares.

O Brasil entra na 2ª Guerra Mundial, organizando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e combatendo a ditadura nazi-fascista, na Itália, com quase 25.000 homens. A vitória alcançada pela FEB acaba ajudando na derrubada do governo Vargas, que já se encontrava enfraquecido.

3º) A redemocratização de 1945

A reabertura do jogo político, em 1945, produziu efeitos dentro do Exército. Surgiram várias correntes de opinião militar, que, às vezes, transformaram-se em correntes de ação, ameaçando irremediavelmente a coesão militar.

Em 1954, 1955 e 1961, ocorreram, muitas vezes, divisões internas que causariam, aparentemente, irremediável e iminente confronto entre as facções militares. Seus líderes, no entanto, recuaram para encontrar a fórmula da conciliação, do compromisso ou do restabelecimento da integridade hierárquica.

Essa continuidade de liderança militar perdurou até meados da década de 60, o que garantiu a permanência da linha de atuação anterior. Foram eles que constituíram o núcleo de criação e implantação da Escola Superior de Guerra, de onde sairia a doutrina de Segurança Nacional.

No governo de Juscelino Kubitschek, investiu-se maciçamente no desenvolvimento de estradas, no crescimento industrial, sobretudo da indústria pesada, e no ambicioso projeto da construção de Brasília como nova capital do Brasil.

4º) O Movimento cívico-militar de 1964 (1964-1985)

Após a assunção de João Goulart, no enquadre da fórmula parlamentarista, em janeiro de 1963, um plebiscito restaurou o presidencialismo e Jango recuperou todos os poderes. A partir desse momento, o descontentamento e a frustração geral dos grupos contrários às modificações que ele vinha implementando [e sinalizava intensificar em seu governo] aumentaram consideravelmente. Ele não conseguia governar e começou a tomar atitudes que ameaçavam levar o país para outros caminhos, não desejados pela maioria do povo brasileiro.

Um movimento democrático de caráter civil-militar, que contou com os apoios da Igreja, do empresariado, da família brasileira, de políticos civis e da grande imprensa do País, é deflagrado a 31 de março de 1964, obrigando Jango a fugir para o Rio Grande do Sul e, posteriormente, a exilar-se no Uruguai.

No dia 2 de abril, o Congresso Nacional, dando ensejo ao cumprimento da Constituição Federal de 1946, declarou a vacância do cargo de Presidente da República e realizou, no dia 11, a eleição indireta à Presidência do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que tomou posse no dia 15.

Em 1979, um pacto de pacificação foi configurado na Lei da Anistia e viabilizou a transição política para uma democracia plena, que se estabeleceu definitiva e enriquecida em 1985, com os aprendizados daqueles tempos difíceis.

De lá até os dias de hoje, o nosso Soldado do Exército Brasileiro garante e protege “com a sua vida” as incomensuráveis riquezas na brasileira Amazônia, nos cerrados e nos pantanais, no agreste e nos pampas. É o “Braço Forte” anônimo, sempre pronto e atento. Além disso, a “Mão Amiga” coopera, permanentemente, com o desenvolvimento nacional; qualificando profissionais; abrindo estradas e ferrovias; revitalizando rios; perfurando poços e distribuindo água no semiárido; preservando nossas florestas; mitigando catástrofes e pandemias e executando inúmeras atividades subsidiárias.

4. Considerações Finais

Ao finalizar, podemos afirmar que a evolução militar brasileira, aprendida por intermédio de suas instituições, tanto no período do Brasil - Império como no Brasil - República, é um reflexo da evolução social, econômica e política brasileira, pois sua organização, desenvolvimento e modernização sempre visaram à constituição de um importante instrumento de apoio à solução dos problemas nacionais.

Verificou-se que, nesses 200 anos decorridos da nossa Independência de Portugal, inobstante as influências da sociedade em vertiginosas transformações promoverem mudanças na Instituição Militar, o Exército Brasileiro tem se mostrado capaz de conservar e transmitir às novas gerações seus valores, suas crenças e suas tradições a ponto de, ainda, poder ser percebido como o “Exército de Caxias”.

